



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 1018, DE 2022

Institui o Regime Especial de Fomento à Indústria de Fertilizantes (REFFERT).

**AUTORIA:** Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE)



[Página da matéria](#)

Minuta

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

Institui o Regime Especial de Fomento à Indústria de Fertilizantes (REFFERT).



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Fica instituído o Regime Especial de Fomento à Indústria de Fertilizantes (REFFERT), nos termos e condições estabelecidos nos arts. 1º a 8º desta Lei.

*Parágrafo único.* O Poder Executivo regulamentará a forma de habilitação e de coabilitação ao regime de que trata o *caput* deste artigo.

**Art. 2º** São beneficiárias do REFFERT as pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado para implantação, ampliação ou modernização de infraestrutura para produção de fertilizantes e de seus insumos, para incorporação ao seu ativo imobilizado, e a pessoa jurídica coabilitada.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se ainda aos projetos de investimento que, a partir da transformação química dos insumos de que trata o *caput* deste artigo, não produzam exclusivamente fertilizantes, na forma do regulamento.

§ 2º Competem ao Ministério de Minas e Energia e ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, observados as diretrizes e os objetivos estratégicos do “Plano Nacional de Fertilizantes – PNF 2022-2050”, instituído pelo Decreto nº 10.991, de 11 de março de 2022, a definição dos projetos que se enquadram nas disposições do *caput* e do § 1º deste artigo e a aprovação de projeto apresentado pela pessoa jurídica interessada, conforme regulamento.

§ 3º Não poderão aderir ao REFFERT as pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições

devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as pessoas jurídicas de que tratam o inciso II do *caput* do art. 8º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e o inciso II do *caput* do art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

**Art. 3º** A fruição dos benefícios do REFFERT fica condicionada à regularidade fiscal da pessoa jurídica em relação aos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia.

**Art. 4º** No caso de venda no mercado interno ou de importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação no projeto de que trata o *caput* do art. 2º desta Lei, fica suspenso o pagamento:

I – da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre a receita da pessoa jurídica vendedora, quando a aquisição for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do REFFERT;

II – da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação, quando a importação for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do REFFERT;

III – do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente na saída do estabelecimento industrial ou equiparado, quando a aquisição no mercado interno for efetuada por estabelecimento industrial de pessoa jurídica beneficiária do REFFERT;

IV – do IPI vinculado à importação, quando a importação for efetuada por estabelecimento de pessoa jurídica beneficiária do REFFERT; e

V – do Imposto de Importação, quando a importação for efetuada por estabelecimento de pessoa jurídica beneficiária do REFFERT.

§ 1º Nas notas fiscais relativas:

I – às vendas de que trata o inciso I do *caput* deste artigo deverá constar a expressão “Venda efetuada com suspensão do pagamento da

Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins”, com a especificação do dispositivo legal correspondente; e

II – às saídas de que trata o inciso III do *caput* deste artigo deverá constar a expressão “Saída com suspensão do IPI”, com a especificação do dispositivo legal correspondente, vedado o registro do imposto nas referidas notas.

§ 2º O disposto nos arts. 17 e 18 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, não se aplica aos produtos importados nos termos deste artigo.

§ 3º A suspensão do pagamento de tributos de que tratam os incisos I e II do *caput* deste artigo converte-se em alíquota 0 (zero) depois da utilização ou incorporação do bem ou material de construção na execução do projeto de que trata o *caput* do art. 2º desta Lei.

§ 4º A suspensão do pagamento de tributos de que tratam os incisos III, IV e V do *caput* deste artigo converte-se em isenção depois da utilização ou incorporação do bem ou material de construção na execução do projeto de que trata o *caput* do art. 2º desta Lei.

§ 5º A pessoa jurídica que não utilizar ou incorporar o bem ou material de construção ao projeto de que trata o *caput* do art. 2º desta Lei fica obrigada a recolher as contribuições e os impostos não pagos em decorrência da suspensão de que trata este artigo, acrescidos de juros e multa, de mora ou de ofício, na forma da legislação específica, contados a partir da data da aquisição, do registro da Declaração de Importação (DI) ou da Declaração Única de Importação (DUIMP), conforme o caso, na condição:

I – de contribuinte, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, à Cofins-Importação, ao IPI vinculado à importação e ao Imposto de Importação; ou

II – de responsável, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins e ao IPI.

§ 6º O tratamento tributário disposto neste artigo se aplicará ainda às importações por encomenda ou por conta e ordem de empresas beneficiárias do REFFERT.



**Art. 5º** No caso de prestação ou importação de serviços destinados ao projeto referido no *caput* do art. 2º desta Lei, fica suspenso o pagamento:

I – da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita da pessoa jurídica estabelecida no País decorrente da prestação de serviços a pessoa jurídica beneficiária do REFFERT; e

II – da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes na importação de serviços diretamente por pessoa jurídica beneficiária do REFFERT.

§ 1º Nas prestações ou importações de serviços de que trata o *caput* deste artigo, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 4º desta Lei.

§ 2º A suspensão de que trata este artigo converte-se em alíquota zero depois da utilização dos serviços de que trata o *caput* deste artigo na execução do projeto de que trata o *caput* do art. 2º desta Lei.

**Art. 6º.** Fica suspenso, também, o pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita decorrente da locação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos a pessoa jurídica beneficiária do REFFERT, para utilização na execução do projeto de que trata o *caput* do art. 2º desta Lei.

*Parágrafo único.* A suspensão de que trata este artigo converte-se em alíquota zero depois da utilização dos bens locados na execução do projeto de que trata o *caput* do art. 2º desta Lei.

**Art. 7º** Os benefícios de que tratam os arts. 4º a 6º desta Lei poderão ser usufruídos nas aquisições e importações realizadas no período de 5 (cinco) anos, contado da data da aprovação do projeto de infraestrutura, nos termos do § 2º do art. 2º desta Lei.

§ 1º A redução da alíquota a zero ou a isenção, conforme o caso, extingue o crédito tributário sob condição resolutória da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura.

§ 2º Na hipótese de transferência de titularidade de projeto aprovado no REFFERT durante o período de fruição do benefício, a habilitação do novo titular do projeto fica condicionada a:

- I – manutenção das características originais do projeto;
- II – observância do limite de prazo estipulado no *caput* deste artigo; e
- III – cancelamento da habilitação do titular anterior do projeto.

§ 3º Na hipótese de transferência de titularidade de que trata o § 2º deste artigo, são responsáveis solidários pelos tributos suspensos os titulares anteriores e o titular atual do projeto.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O conflito bélico entre Rússia e Ucrânia, com repercussões econômicas sobre Belarus, impactou a oferta de adubos ou fertilizantes no mercado mundial a partir de março de 2022.

Atualmente, o Brasil é o quarto consumidor global de fertilizantes e o maior importador mundial. O Brasil importa cerca de 80% de todo o fertilizante usado na produção agrícola nacional. A dependência externa é crítica no caso dos potássicos, já que o percentual importado é de cerca de 94%.

O Decreto nº 10.991, de 11 de março de 2022, instituiu o “Plano Nacional de Fertilizantes – PNF 2022-2050”. Entre as diretrizes do PNF 2022-2050 está a modernização, a reativação e a ampliação das plantas industriais e dos projetos de fertilizantes existentes no País. A iniciativa legislativa ora apresentada altera a legislação tributária para dar concretude a essa diretriz.

Este projeto de lei cuida da instituição do Regime Especial de Fomento à Indústria de Fertilizantes (REFFERT), que visa desonerar os investimentos em projetos de implantação, ampliação ou modernização de infraestrutura para produção de fertilizantes e de seus insumos.

O REFFERT é versão aprimorada do extinto Regime de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes (REIF), instituído pela Lei nº 12.794, de 2 de abril de 2013 (arts. 5º a 11), que produziu efeitos até 2017.

O REFFERT exclui item polêmico da legislação do REIF que poderia ensejar questionamentos jurídicos – a necessidade de conteúdo local como condição para a fruição de regime tributário especial –, em vista dos

compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O REFFERT concede suspensão do pagamento, com posterior conversão em alíquota zero, ou isenção, conforme o caso, da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), incidentes tanto na importação quanto nas vendas no mercado interno, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do IPI vinculado à importação e do Imposto de Importação em operações realizadas por pessoas jurídicas beneficiárias do regime.

Essas operações consistem na aquisição no mercado interno ou na importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação no projeto de implantação, ampliação ou modernização de infraestrutura para a produção de fertilizantes e seus insumos.

Em razão da necessidade premente de aumento da produção de fertilizantes no Brasil, propomos a desvinculação da isenção do Imposto de Importação incidente sobre os bens ao exame de similaridade do produto nacional (§ 2º do art. 4º).

O REFFERT também prevê a conversão em alíquota zero da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a prestação ou importação de serviços destinados ao projeto, bem como sobre a locação de bens para utilização na execução do projeto.

A fruição do REFFERT ocorrerá no período de 5 (cinco) anos, contados da data da aprovação do projeto pelos Ministérios responsáveis para tanto.

Em cumprimento ao disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a renúncia de receita decorrente da conversão em lei deste projeto foi estimada em R\$ XXX para o ano de 2022, R\$ XXX para o ano de 2023 e R\$ XXX para o ano de 2024. A renúncia cessará a partir de 1º de janeiro de 2027, em consonância com o inciso I do art. 136 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – de 2022), que limita a cinco anos a vigência do benefício tributário.

Pedimos o apoio dos Pares para o aperfeiçoamento e a aprovação desta relevante matéria.



Sala das Sessões,

Senador ALESSANDRO VIEIRA



SF/22833.86852-51



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 37, de 18 de Novembro de 1966 - DEL-37-1966-11-18 - 37/66  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:lei:1966;37>
  - art17
  - art18
- urn:lex:br:federal:decreto:2022;10991  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2022;10991>
- Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - 101/00  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:complementar:2000;101>
  - art14
- Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; Estatuto da Micro e Pequena Empresa; Lei do Simples Nacional; Lei do Supersimples - 123/06  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:complementar:2006;123>
- Lei nº 10.637, de 30 de Dezembro de 2002 - Legislação Tributária Federal - 10637/02  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2002;10637>
  - art8\_cpt\_inc2
- Lei nº 10.833, de 29 de Dezembro de 2003 - LEI-10833-2003-12-29 - 10833/03  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2003;10833>
  - art10\_cpt\_inc2
- Lei nº 12.794, de 2 de Abril de 2013 - LEI-12794-2013-04-02 - 12794/13  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2013;12794>
- Lei nº 14.194 de 20/08/2021 - LEI-14194-2021-08-20 - 14194/21  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2021;14194>
  - art136\_cpt\_inc1